

Programa PROBRAL

CAPES/DAAD

Edital CAPES nº. 17/2015

Publicado no DOU de 30/09/15 – seção 3 – pág. 31

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Fundação Pública no cumprimento das atribuições conferidas pela Lei nº 8.405, de 09 de janeiro de 1992, e pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 2 de março de 2012, através de sua Diretoria de Relações Internacionais – DRI, no uso de suas atribuições, torna pública a seleção de projetos conjuntos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento para os Programas PROBRAL I e PROBRAL II, conforme o processo de nº. **23038.002310/2015-21** de acordo com as normas deste Edital e a legislação aplicável à matéria.

Legislações aplicáveis: Lei nº 8.405/1992; Lei nº 8.666/93; Lei nº 9.784/99; Lei nº 10.973/2004; regulamentada pelo Decreto nº 5.563/2005; Decreto nº 7.692/2012; Portarias CAPES nº 51/2007; 248/2011; 174/2012; 59/2013; Portaria DGES/Capes nº 11/2011; suas alterações e demais dispositivos aplicáveis.

1. DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

1.1 Objetivo

O presente Edital tem por objetivo selecionar projetos conjuntos de pesquisa desenvolvidos por grupos brasileiros e alemães vinculados a Instituições de Ensino Superior e/ou de Pesquisa com o intuito de apoiar e fomentar o intercâmbio científico entre grupos de pesquisa e desenvolvimento públicos brasileiros e alemães. Os Programas PROBRAL I e II visam fomentar a mobilidade de docentes e de estudantes de pós-graduação no nível de doutorado e de pós-doutorado. No PROBRAL II, a formação de doutorandos deve ser conjunta, de maneira que, ao final do doutorado, o aluno seja titulado tanto pela instituição brasileira quanto pela alemã.

1.2 Recursos Orçamentários e Financeiros

1.2.1 Os recursos destinados a este Edital, no presente exercício, correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral da CAPES, previstas no Programa CAPES/DAAD PROBRAL “0112 – Doutorado Sanduíche e Estágio Pós-Doutoral” – Ação 0487 – “Concessão de Bolsas de Estudos no Exterior”.

1.2.2 As despesas nos exercícios subsequentes correrão à conta dos respectivos orçamentos, conforme legislação aplicável e de acordo com a disponibilidade orçamentária da CAPES.

2 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 A seleção será regida por este edital e executada pela CAPES, com o apoio de consultores *ad hoc*, sendo composta de quatro etapas: verificação da consistência documental; análise do mérito; priorização das propostas e reunião conjunta entre a CAPES e o DAAD. Todas as etapas de caráter eliminatório, sendo as três últimas também de caráter classificatório.

2.2 Para esse edital está previsto um cronograma com início das atividades programadas para o mês de abril de 2016, conforme calendário disponível no item 7.

- 2.3 O concurso visa selecionar até **10 (dez)** projetos conjuntos de pesquisa, mediante decisão conjunta entre as agências financiadoras e disponibilidade orçamentária. As propostas podem ser enviadas de qualquer área de conhecimento.
- 2.4 O projeto deve ter caráter institucional e ser coordenado por docente brasileiro, nato ou naturalizado com visto de residência permanente no Brasil, da Instituição de Ensino Superior (IES).
- 2.5 Cada proposta deverá conter planejamento de atividades em módulos anuais, considerando a duração de até 2 (dois) anos do projeto podendo ser renovado por até mais 2 anos, conforme critérios de avaliação das duas agências. A CAPES anualmente enviará ao coordenador de projeto selecionado no âmbito deste edital uma carta de concessão detalhando o orçamento e os itens financiáveis aprovados para as atividades vinculadas ao projeto no ano.
- 2.5.1 A implementação de um terceiro ano está condicionada à aprovação de relatório parcial das atividades, das prestações de contas anuais, do plano de atividades atualizado e à disponibilidade orçamentária das agências financiadoras. Dado o início do terceiro ano, ainda é possível a prorrogação por mais um ano (quarto ano), sob as mesmas condições citadas acima.
- 2.5.2 Para o PROBRAL II, a implementação está baseada em um terceiro e um quarto anos conjuntamente, sob as mesmas condições citadas no subitem 2.5.1.
- 2.6 A proposta deverá conter previsão de formação de recursos humanos nas modalidades doutorado sanduíche e estágio pós-doutoral.
- 2.7 No Brasil, a entidade responsável pelo programa é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC).
- 2.8 Na Alemanha, a entidade responsável pelo programa é o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) com recursos do Ministério da Educação e Pesquisa da República Federal da Alemanha.
- 2.9 Cada departamento da IES brasileira poderá apresentar somente uma proposta de projeto PROBRAL I ou II, que deverá atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos:
- 2.9.1 Envolver uma parceria entre instituições de ensino superior de cada país, não sendo excluída a associação em rede com outras instituições;
- 2.9.2 Ter caráter inovador, considerando inclusive o desenvolvimento da área no contexto nacional e internacional, e explicitando as vantagens advindas da parceria internacional;
- 2.9.3 Conjuguar os interesses institucional, regional e nacional;
- 2.9.4 Favorecer o aprendizado da língua no país parceiro;
- 2.9.5 Enfatizar as inovações bilaterais no treinamento e na educação;
- 2.9.6 Estimular o desenvolvimento dos cursos envolvidos na parceria, visando atingir, no futuro, reconhecimento recíproco dos respectivos diplomas de conclusão (aplicável somente ao PROBRAL I);
- 2.9.7 Proporcionar a dupla diplomação dos estudantes de pós-graduação participantes do intercâmbio entre as instituições (aplicável somente ao PROBRAL II).

3 DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA

3.1 Além do atendimento a todas as condições de participação estipuladas no presente Edital, a proposta deverá atender, obrigatoriamente, aos requisitos abaixo. O não atendimento resultará na desqualificação da proposta.

3.2 Quanto aos proponentes:

3.2.1 O coordenador do projeto deve ter vínculo com a Instituição de Ensino Superior, não podendo estar aposentado ou ter vínculo temporário; deve ter título de Doutor, obtido há pelo menos 4 (quatro) anos, com reconhecida competência na área e disponibilidade para as atividades acadêmicas e administrativas atinentes ao projeto. O coordenador deverá comprovar capacidade técnico-científica adequada para o desenvolvimento do projeto;

3.2.2 A Instituição de Ensino Superior (IES), onde o coordenador da proposta atua, deverá ser vinculada a um programa de Pós-Graduação recomendado e reconhecido pela CAPES;

3.2.3 Apresentar equipe de trabalho brasileira com, no mínimo, 2 (dois) docentes doutores, além do coordenador, devendo estes serem vinculados à instituição de origem;

3.2.4 O coordenador do projeto CAPES/PROBRAL em andamento não poderá ter nova candidatura selecionada para este Edital;

3.2.5 A condição indicada no item 3.2.4 não se aplicará quando coordenador e equipe participante do PROBRAL I apresentar candidatura ao PROBRAL II.

3.3 Quanto à apresentação das propostas:

3.3.1 A proposta deve ser similar em cada um dos países, contendo o plano de ações conjuntas e a programação da formação de recursos humanos em ambos os sentidos. A proposta brasileira deve ser elaborada em conformidade com as diretrizes publicadas pela CAPES neste edital, e a alemã, com as diretrizes do DAAD.

3.3.2 Para a apresentação de nova proposta, o coordenador brasileiro e/ou equipe que já tenha participado do Programa CAPES/PROBRAL deverá ter cumprido todas as obrigações para encerramento do projeto (prestação de contas final e relatório final) e ter o relatório do projeto anterior aprovado.

3.3.2.1 No caso de continuação do tema do projeto anterior, o período máximo de concessão será de 2 (dois) anos adicionais.

3.3.2.2 Para apresentação de nova proposta de projeto com tema inédito deverá ser cumprido um interstício de 1 (um) ano, a ser contado a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao final do projeto.

3.3.3 A proposta deverá prever a mobilidade de docentes e de estudantes de ambas as equipes.

3.3.4 Envolver ao menos 1 (uma) IES em cada país, sendo permitida a associação em rede de até 3 (três) IES, em que cada instituição deverá ter na equipe no mínimo 1 (um) docente doutor pelo lado brasileiro.

4 DOS BENEFÍCIOS E DAS VANTAGENS

4.1 Itens financiáveis

A cada ano a CAPES enviará ao coordenador de projeto selecionado no âmbito deste edital uma carta de concessão, detalhando os itens financiáveis aprovados e o orçamento aprovado para as atividades do ano. São itens financiáveis no âmbito do Programa:

- i. Missões de trabalho
- ii. Missões de estudos
- iii. Recursos de custeio

4.1.1 Missões de Trabalho – Consiste na concessão de auxílio deslocamento e diárias voltadas às missões internacionais para os membros da equipe brasileira oficialmente incluídos no projeto. A duração de uma missão não pode ser inferior a 10 (dez) ou superior a 20 (vinte) dias, com os valores estabelecidos pela Portaria da CAPES nº 51, de 14 de junho de 2007 e pela Portaria CAPES nº174, de 6 de dezembro de 2012 e suas alterações.

4.1.1.1 Os benefícios concedidos compreendem recursos para pagamento de diárias internacionais, aquisição de seguro-saúde e despesa com locomoção, de ida e volta, no trecho Brasil/Alemanha/Brasil, em classe econômica promocional.

4.1.1.2 O número de missões de trabalho Brasil-Alemanha concedido pela CAPES a cada projeto é de no máximo 2 (duas) ao ano, incluindo a participação do coordenador do projeto. Uma missão de trabalho corresponde à viagem de um docente.

4.1.1.3 Na equipe brasileira, para o planejamento das missões de trabalho, deverá ser observado o intervalo de 2 (dois) anos para a participação de um mesmo docente brasileiro, excetuando-se o coordenador, que poderá realizar missão uma vez por ano, durante a vigência do projeto.

4.1.1.4 Descrição dos benefícios das missões de trabalho:

Despesa	Valor	
Diárias à docentes brasileiros: de 10 a 20 dias.	€ 140,00 (cento e quarenta) euros/dia.	Estabelecido pela portaria da CAPES nº 51, de 14 de junho de 2007 e suas alterações.
Seguro saúde	€ 90,00 (noventa euros) por cada missão.	Regulados pela Portaria CAPES nº 174, de 6 de dezembro de 2012 e suas alterações.
Auxílio deslocamento	€ 2.000,00 (dois mil euros) por cada missão.	Definido pela DRI

4.1.1.5 A contratação do seguro saúde é de inteira responsabilidade do docente/pesquisador. A cobertura mínima exigida pela contratação é de que o beneficiário esteja completamente coberto pelo serviço contratado, durante todo o período da missão.

- 4.1.1.6 Será concedido o auxílio deslocamento para até 2 (dois) membros da equipe brasileira por ano.
- 4.1.1.7 Para a realização de missão de trabalho o membro da equipe deverá possuir vínculo permanente como docente de uma das IES integrantes do projeto, ficando vedada a realização de missões durante o período de férias ou licenças.
- 4.1.1.8 Os valores vigentes poderão sofrer alterações e/ou atualizações mediante a publicação de novas portarias.
- 4.1.1.9 O coordenador deverá solicitar à CAPES a aprovação das missões na programação anual do projeto.

4.1.2 Missões de Estudo – Consiste no deslocamento de estudantes, que devem ser brasileiros natos, naturalizados ou portadores de visto permanente e devidamente matriculados em IES brasileira participante do projeto. As modalidades oferecidas são doutorado sanduíche e de pós-doutorado, a fim de desenvolver atividades acadêmicas e de pesquisa na área de interesse do projeto.

- 4.1.2.1 O número máximo de missões de estudos é de 2 (duas) ao ano, por projeto:
 - i. Bolsa de doutorado sanduíche terá duração de 4 (quatro) a 12 (doze) meses, para o PROBRAL I; e de 4 (quatro) a 18 (dezoito) meses para o PROBRAL II;
 - ii. Bolsa de pós-doutorado terá duração de 2 (dois) a 12 (doze) meses, para ambos os programas.
- 4.1.2.2 Os períodos de concessão da bolsa são improrrogáveis;
- 4.1.2.3 O início das atividades dos bolsistas não deverá coincidir com os períodos de recesso escolar na instituição alemã;
- 4.1.2.4 Para o planejamento das missões de estudo, deverá ser observado o intervalo de 2 (dois) anos para a participação de um mesmo discente brasileiro, durante a vigência do projeto;
- 4.1.2.5 É vedado o acúmulo de bolsas com outras concedidas pela CAPES ou por quaisquer agências nacionais, salvo se norma superveniente dispuser em contrário;
- 4.1.2.6 O coordenador não poderá ser beneficiário de bolsa de pós-doutorado durante a vigência do projeto, ainda que deixe a coordenação;
- 4.1.2.7 É vedada a indicação de bolsista que tenha sido agraciado anteriormente com bolsa de estudos no exterior, na mesma modalidade, em função de programa ou projeto financiado por agência pública de fomento;
- 4.1.2.8 No PROBRAL II, a bolsa de doutorado sanduíche inclui a possibilidade de financiamento de uma viagem do orientador brasileiro à Alemanha, durante a vigência do projeto, para acompanhar a pesquisa do orientando no exterior;
- 4.1.2.9 Durante o período de permanência no exterior, o bolsista deverá estar envolvido em atividades de ensino e pesquisa acadêmica.
- 4.1.2.10 A CAPES será responsável pelo repasse de recursos, incluindo bolsas de estudos e pesquisa, auxílios e verba de custeio somente para a equipe brasileira do projeto.
- 4.1.2.11 Benefícios:

- a. O valor referente ao auxílio seguro-saúde será pago no Brasil, em reais, proporcionalmente ao período da bolsa e na sua totalidade, antes do embarque do estudante com condições estabelecidos em Portaria da CAPES;
- b. A contratação do seguro saúde é de inteira responsabilidade do estudante. A cobertura mínima exigida pela contratação é de que o beneficiário esteja completamente coberto pelo serviço contratado, durante todo o período da missão;
- c. O valor referente ao auxílio-instalação será pago em uma única parcela no Brasil, em reais, com valor e condições estabelecidos em Portaria da CAPES;
- d. O auxílio deslocamento destina-se ao custeio de todas as despesas referentes à aquisição de passagens aéreas e/ou terrestres em classe econômica promocional no trecho Brasil/Alemanha/Brasil, entre as cidades de estudos no Brasil e na Alemanha. A CAPES não concederá recursos adicionais para esta finalidade, devendo a aplicação ser realizada pelo estudante dentro do valor previsto, sob supervisão do coordenador do projeto;
- e. O auxílio adicional localidade será pago somente aos bolsistas em que a instituição de ensino no exterior, na qual desenvolve seus estudos e/ou pesquisas, esteja localizada em uma das cidades citadas no anexo VI da Portaria CAPES nº 174, de 6 de dezembro de 2012 e suas alterações;
- f. Os valores vigentes para bolsa mensal, auxílio instalação, auxílio deslocamento e auxílio seguro-saúde poderão sofrer alterações e/ou atualizações mediante a publicação de novas portarias pela CAPES;
- g. O pagamento do auxílio deslocamento, do auxílio instalação e do auxílio seguro saúde será efetuado diretamente ao bolsista, mediante depósito em sua conta corrente no Brasil;
- h. A CAPES não cobrirá quaisquer outros custos além dos itens descritos no referido Edital e Portarias relacionadas.

4.1.2.12 Descrição dos benefícios e valores das de estudo de brasileiros:

Tabela de Valores – Bolsas de Estudo		
Tipo de Auxílio	Valor Concedido	Regulamentação
Mensalidade – Doutorado-Sanduiche	EUR 1.300,00 / mês	Regulado pela Portaria CAPES nº60, de 4 de maio de 2015 e suas alterações.
Mensalidade – Pós-Doutorado	EUR 2.100,00 / mês	
Auxílio Instalação – Doutorado-Sanduiche	EUR 1.300,00	
Auxílio Instalação – Pós-Doutorado	EUR 2.100,00	
Adicional Localidade	EUR 400,00/mês	
Auxílio Deslocamento ou passagem aérea em classe econômica no trecho Brasil/Alemanha/Brasil	EUR 1255 (até 6 meses) EUR 2510 (mais de 6 meses)	
Auxílio Seguro Saúde - Doutorado-Sanduiche e Pós-Doutorado	EUR 90,00/mês de permanência no exterior.	

4.1.3 **Recursos de Custeio de até R\$10.000,00** (dez mil reais) por ano de projeto, não cumulativos, condicionado à disponibilidade orçamentária da CAPES. O recurso de custeio destina-se, exclusivamente, ao pagamento de despesas essenciais à execução do projeto, observadas as disposições contidas na Portaria nº 51 de 14 de junho de 2007, na Portaria nº 59 de 14 de maio de 2013. Dentro das despesas permitidas no PROBRAL estão:

I. Material de consumo – destina à compra de material necessário para o funcionamento do projeto, classificado pela Portaria STN nº 437/2012, e em conformidade com a Portaria nº 51 de 14 de junho de 2007 e com a Portaria nº 59, de 14 de maio de 2013, Anexo II;

II. Serviço de terceiros – Pessoa Jurídica – relativo a pagamento de fornecedores de material ou serviço, mediante nota fiscal detalhada, em conformidade com a Portaria nº 59, de 14 de maio de 2013, Anexo II

4.1.3.1 A CAPES analisará, com base na legislação vigente, a pertinência dos materiais previstos no Plano de Trabalho, de acordo com os objetivos do projeto, podendo solicitar adequações. Ressalta-se que essa análise é condicional para a liberação do recurso.

4.1.3.2 O recurso será gerido pelo coordenador brasileiro, observando as normas do “Regulamento da Concessão de Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa – AUXPE”, aprovado pela Portaria CAPES nº 59, de 14 de maio de 2013. Atentando-se para o “Manual de Utilização de Recursos de Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa” e o “Manual de Prestação de Contas *Online*” do Sistema Informatizado de Prestação de Contas (SIPREC), disponíveis no endereço <http://www.capes.gov.br/bolsas/auxilios-a-pesquisa>

4.1.3.3 A CAPES reserva-se o direito de convidar as coordenações de um ou mais projetos aprovados no âmbito do Programa CAPES/DAAD PROBRAL para organizar e/ou participar de seminários, de fóruns ou de reuniões de trabalho, recebendo auxílio financeiro para tanto.

4.1.3.4 O valor previsto poderá ser alterado, a qualquer momento, a partir de publicação de novas normativas pela CAPES. A liberação do recurso se dará mediante análise da CAPES e disponibilidade orçamentária.

5 DAS OBRIGAÇÕES DOS BOLSISTAS

5.1 A concessão da bolsa de estudo ao candidato selecionado no âmbito do projeto estará condicionada à assinatura do termo de compromisso (Anexo I) o qual o vinculará as obrigações citadas no documento.

5.2 Retornar ao Brasil no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da conclusão do estudo, sem ônus para a CAPES, e permanecer no país por igual número de meses da duração da bolsa no exterior, salvo autorização diversa da CAPES;

5.2.1 O bolsista de doutorado sanduíche não deverá ultrapassar o período total do doutorado, de acordo com o prazo regulamentar do curso para defesa da tese, devendo o tempo de permanência no exterior ser previsto de modo a restarem, no mínimo, 6 (seis) meses no Brasil para a redação final e defesa da tese.

5.3 Ressarcir a CAPES de todo o investimento recebido, com incidência de correção monetária e juros de mora na forma da legislação brasileira aplicável e mediante procedimento em que seja garantida a ampla defesa, caso a concessão venha a ser cancelada em virtude de descumprimento de quaisquer das obrigações constantes neste Edital e/ou Termo de Compromisso, por ação ou omissão, dolosa ou culposa do bolsista, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

6 DA APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS

6.1 As inscrições serão gratuitas e admitidas exclusivamente pela internet, mediante o preenchimento do formulário de inscrição e o envio de documentos eletrônicos, dentro dos prazos estabelecidos no item 7 deste Edital. O ícone está disponível na página do Programa CAPES/PROBRAL, localizada no endereço <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/alemanha/probral>

6.2 No ato da inscrição, o coordenador da equipe proponente deverá optar pela candidatura ao Programa PROBRAL I ou PROBRAL II, sendo vedada a candidatura da mesma equipe a ambos os programas, simultaneamente.

6.3 Ao formulário de inscrição deverá ser anexada eletronicamente, a documentação obrigatória discriminada nos subitens dos itens 6.8 e 6.9. Os documentos deverão ser gerados em formato “PDF”, limitando-se a 5 MB (cinco *megabytes*) e incluídos obrigatoriamente, no ato do preenchimento da inscrição na internet. Recomenda-se evitar o uso de figuras, de fotografias, de gráficos ou de outros que comprometam a capacidade do arquivo, pois documento que exceda o limite de 5 MB não será recebido pelo guichê eletrônico da CAPES

6.4 A candidatura deverá ser apresentada em português ou inglês.

6.5 A inscrição da proposta implicará o conhecimento e a aceitação definitiva das normas e condições estabelecidas neste Edital, das quais o proponente não poderá alegar desconhecimento.

6.6 As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do proponente, reservando-se a CAPES o direito de excluí-lo do Programa se a documentação requerida for apresentada com dados parciais, incorretos ou inconsistentes em qualquer fase, ou ainda fora dos prazos determinados, bem como se constatado posteriormente serem aquelas informações inverídicas.

6.6.1 A CAPES não se responsabilizará por inscrição não concretizada em decorrência de problemas técnicos de Tecnologia da Informação, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

6.6.2 A CAPES reserva-se ao direito de excluir da seleção as candidaturas não confirmadas até o prazo de encerramento das inscrições.

6.7 Não será acolhida inscrição condicional, extemporânea ou por via postal, fax ou correio eletrônico, ou sem contrapartida de depósito junto ao DAAD.

6.8 **PROBRAL I** – Documentação a ser anexada no formulário online:

6.8.1 Carta de apresentação da Pró-Reitoria da IES proponente, apontando o interesse institucional no projeto e aprovando o coordenador da equipe responsável pela proposta. Em caso de projeto em rede ou associado, anexar a aprovação da Pró-Reitoria da IES brasileira co-participante;

6.8.2 Justificativa da proposta explicitando a pertinência do projeto em parceria com a equipe alemã;

6.8.3 Projeto detalhado contendo: objetivo; metodologia; descrição das metas de formação e capacitação almejadas, bem como das ações para atingi-las; especificação da infraestrutura disponível e da contrapartida oferecida pela equipe proponente; identificação das linhas de atuação na área pretendida após o término do projeto; cronograma de implementação de bolsas de estudos e missões de trabalho, ressaltando a vinculação dos candidatos nas áreas temáticas de pesquisa do projeto; plano de aplicação dos recursos;

6.8.4 Currículo resumido de todos os docentes membros da equipe brasileira e da alemã.

6.9 **PROBRAL II** – Para candidaturas ao PROBRAL II, além da documentação descrita nos subitens de 6.8.1 a 6.8.4, são obrigatórios:

6.9.1 Declaração da IES brasileira que comprove que o Regimento da Pós-Graduação permite o duplo-diploma de doutorado.

6.9.2 Convênio firmado entre as instituições brasileira e alemã com a previsão da dupla-titulação de doutorandos.

6.10 Em caso de projeto em rede pelo lado brasileiro, a documentação deve conter também as cartas, os ofícios, os currículos, o acordo de cooperação técnica e as informações da(s) instituição(ões) participante(s).

7 DO CRONOGRAMA

Período	Atividade prevista
01 de Outubro a 7 de Dezembro de 2015	Inscrição das propostas
Dezembro de 2015	Análise documental
Janeiro a Março de 2016	Análise de mérito e priorização das propostas pela CAPES
Março de 2016	Análise binacional
Março de 2016	Divulgação do resultado
A partir de Abril de 2016	Início das atividades dos projetos

8 DO PROCESSO DE ANÁLISE E JULGAMENTO

8.1 A análise e o julgamento das propostas submetidas à CAPES, em atendimento a este Edital, serão realizados em 4 (quatro) fases, todas de caráter eliminatório, conforme descrito a seguir:

- i. Análise Técnica;
- ii. Análise de Mérito;
- iii. Priorização das Propostas; e
- iv. Decisão Conjunta

8.1.1 Etapa I – Análise Técnica da DRI – Verificação da consistência documental – consiste no exame, por equipe técnica da CAPES, da documentação apresentada para a inscrição, bem como do preenchimento integral e correto do formulário eletrônico. As inscrições incompletas, enviadas apenas para uma das agências, de forma indevida, ou fora dos prazos estabelecidos serão desconsideradas não havendo possibilidade de reconsideração. As propostas devem ser encaminhadas de acordo com a regra das

agências. A CAPES receberá as propostas do lado brasileiro e o DAAD, do lado alemão.

8.1.2 Etapa II – Análise de Mérito – Avaliação e classificação – Consiste na análise e julgamento de mérito das propostas, realizada por intermédio de consultores *ad hoc*, referendada pelo Comitê Assessor da DRI, especificamente instituído para tal finalidade e constituído por consultores especialistas. Tal análise apreciará comparativamente cada candidatura, considerando prioritariamente

- i. Coerência do projeto conjunto, considerando a justificativa, os objetivos e ementas, a metodologia e as atividades propostas;
- ii. Importância do projeto em nível institucional, regional e nacional;
- iii. Capacidade das equipes proponentes para desenvolver a cooperação proposta;
- iv. Viabilidade de desenvolvimento de projetos mutuamente benéficos com simetria entre as partes, ou seja, na disponibilidade de recursos e/ou intercâmbio de pesquisadores e discentes;
- v. Resultados esperados ao fim da execução do plano de trabalho e do projeto de pesquisa;
- vi. Relevância do plano de trabalho proposto considerando o seu impacto na área de conhecimento, no Programa de Pós-Graduação e nas Instituições brasileiras e alemãs.

8.1.2.1 O parecer dos especialistas será registrado em formulário próprio, devidamente assinado pelo parecerista, contendo as informações e recomendações julgadas pertinentes;

8.1.2.2 Para todas as propostas serão emitidos pareceres contendo a justificativa para a aprovação ou não aprovação.

8.1.3 Etapa III – Priorização das propostas – O grupo de consultores *ad hoc* DRI avaliará as candidaturas com base nos pareceres dos consultores e fará a priorização e classificação das propostas previamente aprovadas. A priorização consiste na atribuição de nota às candidaturas (vide tabela abaixo), com o objetivo de identificar as propostas que melhor atendam às prioridades da política em educação, ciência e tecnologia, bem como à política externa brasileira.

8.1.3.1 Serão priorizados projetos em rede que demonstrem diversidade regional na sua composição e potencial para a formação de grupos de excelência nacionais.

8.1.3.2 Quadro de notas da priorização das propostas:

Nota	Qualificação
4	Excelente
3	Muito Bom
2	Bom
1	Regular
0	Insuficiente

8.1.3.3 Em caso de empate, a candidatura de coordenador de projeto em andamento, ou encerrado há menos de 2 (dois) anos na Coordenação Geral de Programas

da Diretoria de Relações Internacionais – CGPR/DRI receberá menor priorização em relação à candidatura de pesquisadores sem vínculo com outros programas da CGPR.

8.1.3.4 A condição acima não se aplicará quando coordenador e equipe participante do PROBRAL I apresentar candidatura ao PROBRAL II.

8.1.4 Etapa IV – Decisão Conjunta – A seleção final dos projetos, a serem apoiados a partir de 2016, ocorrerá em reunião anual conjunta, na qual a CAPES e o DAAD ponderarão o mérito das propostas e o interesse de cada agência financiadora nos seguintes termos:

8.1.4.1 Prioridade de formação de recursos humanos dos dois países;

8.1.4.2 Os recursos financeiros disponíveis nas agências, buscando assegurar a simetria no número de estudantes e de pesquisadores dos dois países envolvidos no intercâmbio científico.

9 DO RESULTADO DA SELEÇÃO

9.1 A aprovação de cada proposta será comunicada por meio de correspondência oficial endereçada ao coordenador da proposta e publicada na página do Programa na *internet*: <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/alemanha/probral>

9.2 Todos os proponentes do presente Edital poderão tomar conhecimento do parecer sobre a sua proposta mediante solicitação do coordenador do projeto por e-mail.

10 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 Da decisão da CAPES quanto ao julgamento de cada proposta caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do resultado no DOU. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. O prazo só se inicia e vence em dias de expediente na CAPES.

10.2 O recurso deve estritamente contrapor o motivo do indeferimento, não incluindo fatos novos, que não tenham sido objeto de análise de mérito anterior e atendo-se aos documentos já existentes no processo.

10.3 Neste caso será designado outro integrante da comissão *ad hoc* que, após exame, fundamentará a apreciação do recurso e encaminhará o resultado para deliberação final conjunta entre a CAPES e o DAAD.

10.4 O recurso deverá ser encaminhado à CAPES, por meio de carta assinada e digitalizada, ao Coordenador Geral de Programas da Diretoria de Relações Internacionais, pelo proponente brasileiro, para o endereço eletrônico probral@capes.gov.br e ainda pelo link “Documentos avulsos”:

<http://ged.capes.gov.br/AgProd/silverstream/pages/pgEnviaDocumentosAvulsos.html>.

10.5 O parecer da comissão *ad hoc* poderá ser encaminhado por meio eletrônico, mediante solicitação do proponente para o e-mail probral@capes.gov.br.

10.6 O resultado sobre o recurso será definitivo.

11 DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS

11.1 O prazo de início das atividades do projeto no âmbito deste Edital é de até 6 (seis) meses, a contar da data da Carta de Concessão enviada ao coordenador do projeto;

11.2 A desistência por parte do proponente neste processo seletivo deve ser informada por meio de ofício da Pró-Reitoria de Pós-Graduação no prazo de até 30 (trinta) dias após o envio da Carta de Concessão desta Diretoria.

12 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1 Todas as informações referentes à prestação de contas dos recursos pagos pela CAPES, assim como os recibos a serem utilizados, o documento de encaminhamento de prestação de contas e o formulário AUXPE, estão reunidos no Manual de Concessão e de Prestação de Contas de Auxílio Financeiro à Pesquisador, disponível no endereço eletrônico:

<http://www.capes.gov.br/bolsas/auxilios-a-pesquisa>

12.2 As prestações de contas dos recursos são anuais e deverão ser encaminhadas até 30 dias após o primeiro ano de vigência do auxílio, conforme especificado no “Manual de Concessão e de Prestação de Contas de Auxílio Financeiro à Pesquisador”, Portaria CAPES nº 59, de 14 de maio de 2013, disponível no endereço <http://www.capes.gov.br/bolsas/auxilios-a-pesquisa>

12.3 A prestação de contas deverá ser realizada continuamente pelo coordenador durante a vigência do projeto, anexando os comprovantes de gastos no Sistema de Prestação de Contas – SIPREC (disponível em <http://siprec.capes.gov.br/siprec/login.seam>). **A finalização da prestação de contas ocorrerá somente ao final da vigência do projeto.**

12.4 É de responsabilidade do coordenador do projeto verificar o período de vigência do auxílio financeiro, constante do “Termo de Concessão de Auxílio Financeiro”, publicado em extrato no Diário Oficial da União - DOU. Só serão aceitas despesas efetuadas dentro do período de vigência. Em caso de dúvida, entrar em contato com o responsável pelo Programa na DRI/CAPES, por meio do endereço: probral@capes.gov.br.

12.5 Em caso de não prestação de contas na data correta, a situação do coordenador será classificada como inadimplente e o projeto será encaminhado para a instauração de Tomada de Contas Especial dos recursos correspondentes.

13 DO ACOMPANHAMENTO E RENOVAÇÃO DOS PROJETOS

13.1 O acompanhamento dos projetos será feito de forma contínua pela equipe técnica da CAPES, por meio da análise periódica das estatísticas e da descrição das principais ações em andamento.

13.2 Para subsidiar o acompanhamento, a CAPES poderá requerer informações adicionais sobre o andamento dos projetos sempre que necessário ou conforme especificado nos itens abaixo:

13.3 A liberação de recursos para o ano subsequente ficará condicionada ao recebimento do Relatório Parcial de Atividades, das prestação de contas anuais, do Plano de Trabalho, do Anexo IV da Portaria nº 59 de 14 de maio de 2013 e da disponibilidade orçamentária da CAPES.

13.4 Serão realizadas duas avaliações globais no decorrer do projeto, uma parcial e outra final, por meio da análise de relatórios, de acordo com as seguintes definições:

13.4.1 Relatório Parcial – Os coordenadores deverão enviar um relatório de atividades do projeto até 31 de janeiro do segundo ano de financiamento e um plano de atividades atualizado para o segundo ano. A liberação de recursos para o segundo ano ficará

condicionada ao recebimento da referida documentação e à disponibilidade de recursos da agência.

13.4.2 Renovação dos projetos – A renovação do projeto deverá ser solicitada por intermédio do envio do relatório de atividades dos dois primeiros anos de vigência do projeto. A forma de envio da documentação será indicada pela CAPES, em época oportuna, no segundo ano de financiamento do projeto, acompanhando o calendário de envio de novas propostas.

13.4.2.1 Os coordenadores deverão enviar, além do relatório de atividades, os seguintes documentos:

- i. Relatório das atividades desenvolvidas, especificando quantitativamente produção e mobilidade acadêmica;
- ii. Justificativa para a renovação;
- iii. Plano de trabalho para o período da renovação;
- iv. Carta de apresentação da Pró-Reitoria da IES, apontando o interesse institucional no projeto. Em caso de projeto em rede ou associado, anexar a carta de apresentação da(s) Pró-Reitoria(s) da(s) IES coparticipante(s).

13.4.2.2 A decisão sobre a renovação ocorrerá por decisão conjunta, da CAPES e do DAAD, considerando o mérito, a evolução dos projetos durante a primeira fase de execução e o interesse de cada agência financiadora.

13.4.2.3 A aprovação final das propostas será feita com base na disponibilidade orçamentária das agências.

13.4.3 Relatório Final de Atividades – Os coordenadores deverão enviar um relatório de atividades final, em até **30 (trinta) dias**, após a data de encerramento da vigência do projeto, que será objeto de análise pelos consultores especializados da CAPES. Serão considerados o desenvolvimento e o resultado acadêmico do projeto e a formação de recursos humanos, tendo como referência as atividades realizadas e os resultados e metas atingidas.

13.5 A não observação dos prazos para a entrega dos relatórios, das prestações de conta ou de informações adicionais poderá ocasionar a suspensão da liberação dos recursos previstos na concessão.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Eventuais situações não contempladas neste edital serão decididas conjuntamente pela CAPES e pelo DAAD, por intermédio de consulta dirigida, exclusivamente pelo e-mail probral@capes.gov.br, que também poderá ser utilizado para o esclarecimento de dúvidas e para obtenção de mais informações.

14.2 Durante a concessão, toda e qualquer alteração relativa à execução do projeto deverá ser solicitada por ofício, numerado e assinado, pelo coordenador do projeto a CAPES, acompanhado da devida justificativa e deverá ser autorizada pela equipe técnica antes de sua efetivação.

14.3 Durante a concessão, toda e qualquer alteração relativa ao plano de estudos/projeto de pesquisa do bolsista deverá ser solicitada via sistema, com anuência do coordenador brasileiro, acompanhado da devida justificativa e deverá ser autorizada pela equipe técnica antes de sua efetivação.

14.4 A CAPES se resguarda o direito de, a qualquer momento, solicitar informações ou documentos adicionais que julgar necessário.

14.5 O presente Edital regula-se pelos preceitos de direito público e, em especial, pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 9.784/99, e, no que couber, pelas normas internas da CAPES.

14.6 No caso do resultado do projeto ou estudo, inclusive seu relatório, tenham valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva de direitos, em cada caso dar-se-ão de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº5.563, de 11 de outubro de 2005 e demais dispositivos legais aplicáveis.

14.7 A Diretoria de Relações Internacionais da CAPES resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente edital.

14.8 Para dúvidas e solicitações de ordem técnico-computacional referente ao formulário eletrônico, utilize o e-mail bex_cgci@capes.gov.br.

CARLOS AFONSO NOBRE

Presidente da CAPES

ANEXO I

PROGRAMA PROBRAL TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente Termo, NOME BOLSISTA, brasileiro(a), residente e domiciliado(a) na ENDEREÇO RESIDENCIAL, na cidade de CIDADE - UF, CEP, portador do CPF nº XXXX, tendo em vista o afastamento do país para realizar estudos pelo Programa CAPES/DAAD PROBRAL na instituição XXXX, com bolsa da CAPES, assume, em caráter irrevogável, os compromissos e obrigações que se seguem:

1. Não acumular benefício recebido de outra agência de fomento com a mesma finalidade da bolsa concedida pela CAPES.
2. Dedicar-se integralmente ao desenvolvimento do plano de atividades no exterior aprovado e aceito e pela CAPES.
3. Providenciar a contratação de seguro saúde e comunicar à CAPES, em até trinta dias, a contratação, sob pena de suspensão da bolsa.
4. Solicitar anuência da CAPES para interrupção, em caráter excepcional, das atividades previstas.
5. Devolver à CAPES o montante de recursos financeiros recebidos quando do não cumprimento do plano de atividades, conforme avaliação da CAPES.
6. Retornar ao Brasil em até 30 dias após o término da bolsa e aqui permanecer por, no mínimo, período igual ao do financiamento recebido, mantendo seu endereço atualizado.
7. Apresentar relatório final sobre as atividades desenvolvidas, com os resultados alcançados e perspectivas de desdobramento dos trabalhos, em até trinta dias após o término da bolsa.
8. Fazer referência ao apoio recebido da CAPES em todas as publicações que resultarem dos estudos realizados no exterior.
9. Caso seja servidor público federal, observar o disposto do Decreto nº 91.800, de 18/10/1985 (sobre viagens ao exterior para aperfeiçoamento), bem como os parágrafos 1º e 2º do artigo 95 da Lei 8.112, de 11/12/1990 (sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União).
10. Como bolsista do Programa CAPES/DAAD PROBRAL, declara assumir as responsabilidades por eventuais problemas causados perante a legislação civil estrangeira, bem como ser responsável por qualquer ato ilícito praticado no país de destino, ficando a República Federativa do Brasil e os órgãos da sua Administração Direta e Indireta isentos de qualquer responsabilidade decorrente de quaisquer danos causados.

Ao firmar o presente compromisso, o bolsista declara estar ciente de que a inobservância aos itens acima poderá acarretar a suspensão dos benefícios concedidos e a obrigação de restituir à CAPES toda a importância recebida.

Local

Data

Bolsista